

A Disciplina “Pesquisa em Educação Especial na Amazônia” no PPGE/UFOPA: da proposta aos efeitos nos estudos acadêmicos

DOI: 10.70513/posgrad-ensino-educ-13

Daiane Pinheiro

Introdução

Amazônia paraense tem um histórico marcado por déficit de direitos para diversos grupos sociais, carregando cicatrizes da exclusão, da violência e discriminação (Pacheco, Rosário, Russo; 2023). Para Sauer (2005) a ocupação colonial e o desenvolvimento econômico voltado para a exploração dos recursos naturais contribuíram para desvalorizar e desconsiderar os modos de vida locais. Ainda, políticas públicas insuficientes ou mal aplicadas contribuíram a precariedade de acesso aos direitos básicos, aumentando a vulnerabilidade social e as desigualdades sociais. Nesse cenário, a educação na Amazônia apresenta particularidades que refletem tanto as complexidades geográficas e culturais da região quanto os desafios históricos e estruturais enfrentados pelo sistema educacional brasileiro (Colares, 2022).

No campo da Educação Especial estes desafios são ainda mais complexos considerando o histórico de exclusão sofrido pelas pessoas com deficiência ao longo dos anos (Lobo, 2015) somado às desigualdades sociais e econômicas da Amazônia paraense (Colares, 2022). Ainda, para além dos desafios geográficos, as políticas precisam enfrentar a ausência de profissionais capacitados e recursos adequados em muitas áreas da região (Pinheiro, Freire; 2022, Pinheiro, Santos, 2017).

Tal como Colares e Colares (2019), Pacheco, Rosário e Russo (2023) propõem em suas obras olhar para as singularidades dos contextos amazônicos e as especificidades das experiências e práticas educativas, ressaltando a complexidade da existência humana e a importância de cada indivíduo, valorizando aquilo que é único em sua forma de se relacionar com o mundo. Trata-se de defender o direito à diferença, evidenciando a rica pluralidade sociocultural nas múltiplas maneiras de ser e estar no mundo. Desse modo,

no contexto amazônico, a implementação de uma educação especial e inclusiva demanda uma abordagem que respeite a diversidade étnica e cultural e considere as dificuldades de acesso e infraestrutura que caracterizam algumas dessas regiões.

Tais desdobramentos, evidenciados também em estudos acadêmicos voltados as diferentes transversalidades da educação especial (Silva, Sousa, Calixto; 2024; Cavalcante, 2019, Pinheiro, Freire; 2022, Pinheiro, Santos, 2017), são aqui considerados enquanto efeitos reais da educação especial em contextos amazônicos. Ou seja, importa considerar que a compreensão das complexidades e especificidades regionais, a que este estudo se pretende, são justamente conhecidas e consideradas a partir do estudo da realidade.

Nos últimos anos, Santarém tem sido polo educacional, potencializado com a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em 2009, refletindo substancialmente no desenvolvimento regional (Figueiredo, 2020). É com foco na valorização de estudos acadêmicos no campo da educação em contextos amazônicos que o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará foi idealizado, em Santarém-PA. Criado desde 2012, o PPGE se destaca na região por ser um dos primeiros programas de pós-graduação no interior da Amazonia Paraense. O programa oferece atualmente mestrado e doutorado que versam sobre pesquisas em “Educação na Amazônia” concentrados nas seguintes linhas de pesquisa inter-relacionadas: (1) História, Política e Gestão Educacional na Amazônia; (2) Conhecimento e Formação na Educação Escolar; e (3) Formação Humana em Contextos Formais e Não Formais na Amazônia.

Considerando a transversalidade da educação especial em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como a obrigatoriedade e a importância de promover uma educação inclusiva em todos os contextos educacionais (Brasil, 2008, 2015), foi proposta, em 2023, a inclusão da disciplina optativa intitulada "Pesquisa em Educação Especial na Amazônia" no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFOPA (PPGE/UFOPA). A educação especial é uma modalidade de ensino voltada a promover a inclusão de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, oferecendo suporte especializado, metodologias e recursos específicos para atender às especificidades individuais desses estudantes (Pinheiro, Freire; 2022). A perspectiva apresentada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) fortalece a visão de que o desenvolvimento de políticas educacionais

inclusivas é um passo crucial para garantir a igualdade de oportunidades e o respeito à diferença.

Neste contexto acadêmico da pós-graduação, este estudo teve por finalidade discorrer sobre essa disciplina optativa, proposta em dois períodos letivos, entre os anos de 2023 e 2024. O objetivo principal é descrever a disciplina oferecida e aprovada pelo PPGE/UFOPA, analisando como os estudos realizados ao longo das duas edições de oferta influenciaram as pesquisas acadêmicas ou intenções de estudos dos alunos.

O estudo, de caráter qualitativo, além de trazer uma apresentação da disciplina e uma explanação sobre a filiação teórica do componente, apresenta resultados e análise de questionário realizado com nove alunos egressos da disciplina. Constatou-se que, de maneira geral, todos os estudantes reconhecem a contribuição positiva da disciplina em suas pesquisas, especialmente no que se refere à maneira de repensar e ressignificar os alunos do público-alvo da educação especial.

Caminhos do Estudo

Este estudo tem abordagem qualitativa, já que dá ênfase a compreensão dos fenômenos em seu contexto natural, priorizando significados e interpretações fornecidos pelos participantes. A validade, de estudos nesse contexto, está mais ligada à credibilidade das explicações do que à generalização de resultados. Conforme Denzin e Lincoln (2006), essas características tornam a abordagem qualitativa especialmente valiosa para explorar fenômenos complexos em profundidade e sob diversas perspectivas.

Nesse caminho, o estudo sugere romper com estruturas sedimentadas em métodos e modelos. Tal como um labirinto, a pesquisa deve buscar caminhos, recuos e talvez saídas. E nessa lógica, pensar a flexibilização de instrumentos e procedimentos é fundamental, sendo utilizados de acordo com os caminhos que se desenham.

A abordagem deste trabalho também dialoga com as contribuições de Michel Foucault (2003), que defende o uso de ferramentas conceituais de forma flexível e estratégica, moldadas às necessidades de cada estudo. Foucault questiona as estruturas fixas de conhecimento e problematiza os discursos dominantes, destacando que o saber e a verdade estão profundamente interligados às relações de poder. Essa perspectiva incentiva a descentralização de saberes e a reconfiguração de práticas de conhecimento.

Nessa perspectiva, propõe-se uma visão investigativa que desafia normas estabelecidas e valoriza a criatividade e a liberdade. A pesquisa é uma prática coletiva de construção de conhecimento, que deve ser reflexiva e adaptável às complexidades sociais

e culturais. Essa visão converge com a proposta foucaultiana de tratar os conceitos como ferramentas dinâmicas, que operam metodologicamente ao longo de todo o processo investigativo.

Assim, este estudo fundamenta-se na flexibilidade e na pluralidade de perspectivas, reconhecendo que a pesquisa qualitativa não apenas explora fenômenos, mas também se constrói como um espaço de reinvenção de saberes, relações e práticas.

Este estudo foi desenvolvido ao longo do ano de 2024, produzindo dados junto a alunos egressos do componente curricular “Pesquisa em Educação Especial na Amazonia” oferecida no segundo semestre do ano de 2023 e segundo semestre do ano de 2024. Na primeira oferta desta disciplina participaram doze alunos, dentre os quais cinco responderam ao questionário para este estudo. Na segunda oferta foram matriculados sete alunos, cinco participantes deste estudo. No total, dez alunos participaram deste estudo.

Foi elaborado um questionário com doze questões divididas em dois blocos. O primeiro objetivou recolher informações sociodemográficas dos participantes. O segundo bloco se concentrou em perguntas dissertativas as quais buscaram compreender de que modo os estudos desenvolvidos na disciplina contribuíram para as pesquisas acadêmicas dos alunos. Os sujeitos deste estudo foram escolhidos de forma aleatória e identificados em ordem numérica, seguido pelo ano em que cursou a disciplina.

Da proposta e lentes teóricas da disciplina

A disciplina Pesquisa em Educação Especial na Amazônia resultou de uma proposta em conjunto da atual coordenação do PPGE/Ufopa e a autora deste trabalho, docente do programa e pesquisadora da área. O componente tem carga horária de sessenta horas e foi ofertado no segundo semestre de 2023, correspondente ao semestre letivo 2023.2 e no segundo semestre de 2024, correspondendo ao semestre letivo 2024.2.

A proposta explora as bases históricas e políticas da Educação Especial, com enfoque no cenário amazônico e uma perspectiva inclusiva sustentada pela filosofia da diferença. Os estudantes são incentivados a problematizar os modos de constituição social e políticas da Educação Especial, especialmente no contexto amazônico, e a pensar em como essas práticas podem contribuir para uma inclusão mais justa e equitativa. A disciplina se estrutura em três grandes temas: o desenvolvimento da Educação Especial, suas interseções com a inclusão educacional e as características específicas da Educação Especial na Amazônia. Ao final, espera-se que os estudantes estejam capacitados a

contribuir com projetos e pesquisas que valorizem a identidade e a diferença no contexto educacional amazônico.

A análise da constituição histórica da Educação Especial, como propõem Carvalho, Menezes e Pagni (2022), mostra que a construção dos sujeitos da Educação Especial no Brasil, inclusive na região amazônica, carrega consigo o peso de um corpo marcado como "deficiente" e "heterotópico". Estes autores desafiam a leitura tradicional da deficiência ao propor que a escola inclusiva deve ser um espaço de acolhimento para a diferença, promovendo um ambiente educacional onde as identidades não são silenciadas, mas valorizadas em suas particularidades.

Essa perspectiva se filia ao pensamento de Deleuze (2006) quando propõe pensar a diferença como uma filosofia, ou sobretudo, como uma condição outra que não demarca o corpo normal ou anormal. Essa condição outra está nos modos de pensar a diferença como motor da criatividade e da mudança, não algo a ser superado ou minimizado ou ainda apagado especialmente nos espaços escolares. Para Deleuze (2006) a repetição de rituais, tradições e práticas culturais não resulta em identidades fixas, mas em uma constante produção de novas diferenças e singularidades, assim, cada "repetição" é uma nova expressão da diferença. A singularidade reside justamente nessa diferença que emerge da repetição, que é única. Assim, a diferença na escola é justamente aquilo que a movimenta, a mobiliza por mudanças e melhoras.

Essa filosofia propõe ver a diferença como uma riqueza e um processo identitário, e não como um elemento de segregação ou deficiência, o que abre caminho para questionar práticas capacitistas e hegemônicas (Andrade, 2017). Lobo (2015) analisa que as populações marginalizadas, incluindo pessoas com deficiência, foram historicamente subjugadas, e sua condição de exclusão reflete práticas capacitistas de exclusão estrutural e discriminatória. Este olhar histórico contribui para a compreensão de como enunciados e acontecimentos históricos (Foucault, 1996) formando discursos preconceituosos e capacitistas sobre os sujeitos com deficiência. Compreendendo essa lógica, Lobo (2015) nos convida a resistir com outras produções discursivas, atentando para a potência de existência de cada sujeito. As diferenças identitárias não devem ser vistas como barreiras, mas como aspecto fundamental para a inclusão social.

Pinheiro e Freire (2022) trazem à tona a importância de entender como a educação especial e inclusiva é moldada por diferentes contextos e como essas variações afetam a eficácia das práticas inclusivas em determinadas regiões. Particularmente em regiões onde os recursos e o apoio especializado podem ser escassos, como na Amazônia, muitas vezes restringem a atuação inclusiva (Silva, Sousa, Calixto; 2024; Cavalcante, 2019;

Pinheiro, Santos, 2017). No contexto regional, especialmente na Amazônia, é fundamental considerar os elementos históricos, culturais e sociais que produzem a prática educacional (Colares, 2020).

Com o objetivo de ampliar o campo de estudos na área da educação especial e inclusiva, especialmente em pesquisas realizadas em diferentes regiões amazônicas, esta disciplina propôs a participação de estudiosos na área, com o intuito de enriquecer as perspectivas sobre o tema. A participação foi marcada por articulações interinstitucionais. Na primeira edição, realizada em 2023, contou com a colaboração de sete pesquisadores internos e externos, em modalidades online e presencial. Já na segunda edição, em 2024, ocorreram contribuições de oito participantes, com atividades desenvolvidas nos formatos online, híbrido e presencial.

A disciplina busca não apenas fornecer conhecimento teórico sobre a constituição histórica e política da Educação Especial, mas também incentivar uma postura humana que problematize o capacitismo, entendendo a inclusão como direito humano fundamental, mas também como filosofia de vida, modo de pensar e ser. A partir disso, entender que os modos de pensar esses conceitos causam efeitos diretos nos modos em que os sujeitos público-alvo da educação especial se constituem. Ao estudar a realidade amazônica, o aluno estará munido de ferramentas teóricas e metodológicas para problematizar e propor práticas que considerem as particularidades culturais e sociais da região, formando base crítica e participativa para projetos futuros na área.

Dos efeitos nas pesquisas acadêmicas

Os alunos participantes deste estudo têm perfil semelhante quanto a ocupação profissional atual, sendo que 75% são professores em atuação na educação básica e 25% se identificaram como estudantes. 60% dos participantes deste estudo são do programa de pós-graduação em nível de mestrado, 30% são alunos interessados em ingressar no mestrado sendo já especialistas em alguma área do conhecimento e 10% já são mestres. 60% têm idade entre 30 e 39 anos, 30% entre 40 e 49 anos e 10% entre 20 e 29 anos. 70% são do sexo feminino e 30% masculino.

Os dados coletados sugerem que os participantes se autoavaliaram em relação ao conhecimento na área de educação especial antes da realização da disciplina, com uma divisão semelhante entre aqueles que declararam possuir conhecimento básico (40%) e conhecimento intermediário (60%).

Seis das dez respostas mencionam a pós-graduação e/ou as práticas escolares como fontes de conhecimento. Isso sugere que, para uma parcela significativa dos participantes, o aprofundamento teórico e a vivência prática são centrais para consolidar o conhecimento, o que pode ser associado ao grupo que se autoavaliou como tendo conhecimento intermediário (60%). Essa relação pode ser justificada pelo fato de que a pós-graduação tende a aprofundar o conhecimento adquirido anteriormente e que as práticas escolares permitem a aplicação e refinamento desse aprendizado. Quatro respostas destacam a graduação como a origem do conhecimento, ainda que muitas vezes complementada por especializações ou experiências práticas. Isso pode ser associado ao grupo que declarou conhecimento básico (40%), uma vez que a graduação, por si só, pode fornecer fundamentos, mas nem sempre aborda de forma aprofundada a área de educação especial, dependendo do curso. Algumas respostas mencionam atividades específicas, como a escrita de dissertações, pesquisas e experiências em múltiplas instituições. Isso reforça a ideia de que o desenvolvimento de conhecimento na área é multifacetado e pode variar significativamente conforme o nível de engajamento acadêmico e prático dos participantes.

A análise das respostas sobre o interesse dos participantes pela disciplina de pesquisa em educação especial na Amazônia, oferecida na pós-graduação, revela um alinhamento significativo entre o desejo por aprofundamento teórico-prático e as demandas contextuais da educação inclusiva na região. Entre as motivações, destaca-se a busca por ampliação de conhecimento, mencionada em expressões como *"adquirir mais conhecimentos"* (9.2024), *"aprofundar meus conhecimentos"* (4.2024) e *"buscar mais informações para meu projeto de pesquisa"* (10.2024). Esses dados refletem uma necessidade contínua de atualização, mesmo entre os participantes que se autoavaliaram com conhecimento intermediário na área.

Outra motivação central está relacionada à relevância prática e profissional. Muitas respostas destacam o impacto da disciplina na atuação pedagógica, evidenciado menções como *"enriquecer minha atuação na área"* (1.2023), *"buscar fundamentos mais consolidados e ampliar o referencial teórico"* e (3.2024). Isso demonstra que a disciplina é percebida como oportunidade para alinhar práticas educacionais a teorias contemporâneas, especialmente em um campo que exige competências específicas para lidar com regulamentações legais, práticas inovadoras e atendimento especializado.

Além disso, a articulação entre a disciplina e pesquisas acadêmicas foi mencionada por vários participantes, especialmente aqueles engajados em programas de pós-graduação. Frases como *"Participar de uma disciplina que dialogasse e contribuísse*

para a minha pesquisa de mestrado” (5.2023) e “Compreendi que os conteúdos abordados na disciplina seriam fundamentais para aprofundar minha compreensão sobre práticas inclusivas” (1. 2023) mostram que a disciplina atende a necessidades específicas de pesquisa aplicada, enriquecendo o trabalho acadêmico com implicações práticas diretas.

No contexto amazônico, caracterizado por desafios únicos, os participantes também ressaltaram o potencial da disciplina para abordar as especificidades da educação inclusiva na região. Menções como as demonstradas abaixo refletem a busca por soluções adaptadas às realidades locais, reforçando a relevância da disciplina para as demandas regionais.

“o conhecimento de pesquisas realizadas e em andamento na região amazônica (...) fundamental para situar minha própria pesquisa dentro desse contexto”. (1. 2023)

“Os debates em cada encontro me fizeram pensar sobre as práticas atuais e as possibilidades futuras nesse campo, incentivando o desenvolvimento de pesquisas mais contextualizadas e comprometidas com a transformação da nossa realidade”. (3.2024)

Essa abordagem encontra suporte em autores como Colares e Colares (2019) e Pacheco, Rosário e Russo (2023), que destacam as singularidades da educação na Amazônia, enfatizando que o conhecimento produzido deve considerar as peculiaridades locais e suas necessidades específicas. A região demanda soluções educacionais que respeitem as pluralidades culturais e linguísticas, articulando saberes locais com abordagens globais em educação especial.

Os participantes destacaram o aprofundamento teórico proporcionado pela disciplina, com a ampliação da base de conhecimento e o contato com novos autores e conceitos que subsidiaram o desenvolvimento de dissertações e projetos. Afirmações como *“ampliar minha base teórica” (6.2023)*, *“conhecer novos autores” (9.2024)* e *“aprofundar o entendimento” (4.2024)* demonstram que o conteúdo oferecido foi essencial para promover maior embasamento nas pesquisas. Além disso, muitos relataram que os temas abordados estavam diretamente relacionados às suas áreas de estudo, como evidenciado em comentários que mencionam a ligação direta dos assuntos debatidos com suas intenções de pesquisa, principalmente no campo da educação especial. Neste aspecto, todas as respostas indicam que a disciplina exerceu influência significativa, reforçando sua relevância na formação acadêmica e profissional.

De modo geral todos concordam que a disciplina forneceu subsídios importantes para a escrita e o direcionamento acadêmico, ajudando a estruturar as pesquisas e clarear

os caminhos a seguir, como mencionado em comentários sobre as discussões e interações realizadas nas aulas.

Sete dos dez participantes ressaltaram a importância das leituras sobre a história da educação especial e os debates sobre temas como o capacitismo e as práticas pedagógicas inclusivas, conforme afirma a participante 6.2023: *“me ajudaram a compreender conceitos e termos da educação especial, a pensar de forma mais inclusiva e menos capacitista e a ampliar minha base teórica, o que favoreceu para que eu conduzisse de forma mais fundamentada a minha dissertação”*.

Esse aprofundamento teórico foi reconhecido como essencial para a apreensão de conceitos acadêmicos e para situar a pesquisa de cada participante em um contexto mais amplo, com destaque para o cenário regional. Por exemplo, a análise das pesquisas realizadas em áreas de difícil acesso e com recursos limitados na Amazônia foi citada como uma experiência transformadora, que ampliou a visão dos participantes sobre os desafios e possibilidades no campo.

Todos os participantes mencionaram a valorosa troca de vivências entre colegas, professores e convidados, considerando elemento essencial para a construção de uma visão mais ampla e contextualizada da educação especial, possibilitando conhecer realidades distintas e ampliando a compreensão sobre o tema.

Seis participantes relatam que a didática adotada foi valorizada por tornar o ambiente de ensino colaborativo e produtivo, favorecendo o aprendizado e a participação ativa dos estudantes. As abordagens de ensino foram reconhecidas como fundamental para clarificar conteúdos complexos e nortear os referenciais teóricos utilizados pelos participantes em suas intenções de pesquisa. O planejamento que incluiu a apresentação de pré-projetos ou sugestões de pesquisa futura também foi apontado como uma atividade significativa, contribuindo para o direcionamento dos estudos e o fortalecimento da prática acadêmica. Ao combinar conteúdo relevante, abordagens inclusivas e uma metodologia engajante, a imersão nesse componente curricular foi fundamental não apenas como suporte acadêmico, mas também como um catalisador para práticas mais éticas, fundamentadas e alinhadas às demandas contemporâneas da educação especial.

De modo geral, no campo pessoal e profissional, a disciplina foi descrita como uma experiência transformadora. Todos os participantes destacaram que de alguma forma esse componente curricular ampliou sua percepção sobre as práticas atuais e incentivou o desenvolvimento de pesquisas mais contextualizadas e comprometidas com a transformação da realidade educacional. Sobretudo, entenderam fundamental os modos pelos quais a diferença é produzida, desafiando visões limitantes e promovendo a

valorização de suas singularidades e culturas, conforme aponta o participante 7.2023: *“contribui para ver os educandos sempre de forma humanizada e não homogênea”*.

De modo particular o participante 8.2023, embora não tenha desenvolvido pesquisa na área, manifestou um movimento importante de ressignificação sobre a educação especial e educação inclusiva, contribuindo *“para a minha carreira profissional na Educação Básica”*.

Tais percepções são um importante indicativo de compreensão sobre outros modos de pensar a diferença. Essa abordagem rejeita a visão de deficiência como uma limitação isolada e promove a inclusão através do respeito às identidades e às particularidades de cada aluno (Carvalho; Menezes; Pagni; 2022). Sobretudo propõe a produção de outros modos de pensar e, portanto, produzir os sujeitos a partir da valorização da diferença humana, existencial e de experiências de mundo. A diferença, portanto, entra em outra lógica do discurso, agora menos homogeneizante ou demarcadora da norma, e sim reconhecida como uma condição humana, de todos, mas sobretudo de aspectos singulares de cada sujeito (Lobo, 2015).

Na esteira do pensamento de Foucault (1996) é possível aqui demonstrar como as práticas discursivas sobre a diferença, nesta perspectiva, produzem modos muito específicos e compreensão dessas singularidades. Na primeira oferta da disciplina em 2023, estava matriculado um aluno cego e na segunda oferta, e 2024, uma aluna Surda. Ambos foram assessorados pelo núcleo de acessibilidade da Ufopa com serviços de monitor e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Entretanto, a autonomia dos dois alunos, nas suas experiências singulares na turma, foram muito perceptíveis, sobretudo por ocuparem espaços profissionais já consolidados na carreira docente, tanto na educação básica como no ensino superior. A diferença, discutida na disciplina, era então consumida e praticada nos discursos quando esses sujeitos não eram produzidos como “os colegas deficientes”, no sentido da falta da visão ou audição, mas como sujeitos singulares nos modos como se comunicavam com o mundo. O respeito a essa diferença estava nas condutas acessíveis para possibilitar essa comunicação e essa experiência no contexto de sala de aula (Carvalho; Menezes; Pagni; 2022). Não se tratava de respeitar a diferença pela benevolência ou ajuda ao outro.

É relevante mencionar que uma característica comum a turma de 2024.2 foi que cinco alunos eram fluentes em libras, incluindo a professora e a própria aluna Surda. Tal característica permitiu que algumas aulas fossem bilíngues, em que a primeira língua utilizada foi a Libras. E de forma muito tranquila operava ali, em sala de aula a presença

de uma experiência outra que não tinha relação com a falta da audição, mas com a língua, a cultura e a identidade da aluna Surda (Lopes, Menezes, Graff; 2023).

Essa perspectiva contribui também para entender como a educação especial pode ser pensada em um espaço tão diversos como a Amazônia. Em um contexto amazônico, isso implica uma educação que valorize a pluralidade cultural e linguística e que promova a acessibilidade não apenas como um direito, mas como um meio de preservar a dignidade e a identidade dos indivíduos com deficiência.

De acordo com Pinheiro e Freire (2022), é essencial que as pesquisas e políticas educacionais levem em consideração a “singularidade” das realidades amazônicas ao desenvolver práticas inclusivas. Essas singularidades envolvem a adaptação de metodologias para contextos locais e a formação contínua de professores que entendam as nuances culturais e estejam preparados para atuarem com as complexas demandas de uma região rica em diversidade, mas carente de recursos. Nesse sentido, a formação do educador especial na Amazônia demanda uma perspectiva crítica e sensível às peculiaridades regionais.

Conclusão

O estudo sugere que o avanço no conhecimento sobre educação especial está relacionado a formação continuada e nas condições de instrumentalizar-se teoricamente para dar possibilidade de problematização constante de práticas discursivas hegemônicas. E são nessas problematizações e novas produções que se concentrou o principal objetivo do componente curricular. A oportunidade de conhecer e problematizar gera os modos de ser e de fazer, e por isso a teoria não se dissipa da prática. Tal situação pode ser observada ao longo das duas ofertas da disciplina quando os alunos perceberem suas condutas, teóricas/práticas, diferentes – não mais capacitadas – em relação aos colegas incluídos.

A avaliação dos participantes revelou um impacto positivo tanto no aumento do conhecimento teórico quanto no alinhamento das práticas pedagógicas com os contextos específicos da Amazônia. Os participantes destacaram a relevância do conteúdo oferecido, que ampliou suas bases teóricas e possibilitou um maior entendimento sobre a Educação Especial na perspectiva amazônica. A disciplina foi percebida como um meio para aprimorar práticas pedagógicas e desenvolver projetos de pesquisa contextualizados, alinhados às demandas locais e regionais. Muitos alunos identificaram conexão entre os temas abordados na disciplina e suas pesquisas em desenvolvimento, o que reforça o

papel da pós-graduação na produção de conhecimento relevante para o cenário educacional.

Além disso, as especificidades regionais foram contempladas, permitindo que os estudantes compreendessem as singularidades culturais, sociais e históricas da educação inclusiva na Amazônia. Essa abordagem promoveu debates enriquecedores e incentivou a produção de soluções educacionais contextualizadas, articulando saberes locais com perspectivas globais.

Deste modo, a disciplina cumpriu seu objetivo de formar educadores e pesquisadores que valorizem a diferença como potência transformadora no cenário educacional amazônico. O impacto positivo nas pesquisas acadêmicas e nas práticas pedagógicas aponta para a importância de sua continuidade e expansão em contextos semelhantes.

A Educação Especial na Amazônia requer uma abordagem que respeite a diversidade cultural e enfrente os desafios de infraestrutura, formação e acesso, promovendo um modelo educacional que, além de inclusivo, seja sensível às especificidades da região.

Referências

ANDRADE, E. P. Derrida e Deleuze: uma introdução à filosofia da diferença. **Revista Prometeus**, n. 24, set.-dez. 2017, p. 152-161.

BRASIL. **Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial, Brasília, DF, de 06 de jul. 2015.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, A. F.; MENEZES, E. P. de; PAGNI, Pedro Angelo. Diferença e corpo heterotópico da deficiência: um convite para se pensar de outro modo a escola inclusiva. **Revista Cocar** (ONLINE), v. 13, p. 1-22, 2022.

CAVALCANTE, E. B. As interações linguísticas entre surdos e os outros em uma escola do município de Santarém/PA. **Diálogos e perspectivas em educação especial**, v. 6, p. 147-164, 2019.

COLARES, A. A. A inserção da Amazônia no modo de produção hegemônico e no projeto educacional da modernidade. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID2003

COLARES, A. A.; COLARES, M. L. I. S. (org.) **Educação e realidade amazônica**. Santarém, Pará: UFOPA, 2019. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1FftnMUQRguurIVtMtJBwdg1Wen51s3xO/view>.
Acesso em: 11 nov. 2024.

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FIGUEIREDO, N. G. de. A oferta de ensino superior por Universidades Federais no interior da Amazônia: da UFPA à UFOPA em Santarém-PA/Brasil. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e020098, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1285. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1285>

FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LOBO, L. F. **Os infames da história**: Pobres, escravos e deficientes no Brasil. Publisher, Lamparina, 2015.

LOPES, M. C; MENEZES, E. da C.; GRAFF, P. A produção do ser surdo na experiência da educação. **ENTREVISTAS, Rev. bras. educ. espec.** v. 29, p. 229- 240, 2023.

PACHECO, T. do S. C.; ROSÁRIO, H. R. M. de F.; RUSSO, D. V. S. de S. **Educação e Diversidade na Amazônia Paraense**: experiências e práticas educativas. Curitiba: CRV, 2023.

PINHEIRO, D.; FREIRE, S. Educação especial na educação inclusiva. Diferentes Contextos, Diferentes Efeitos. **Revista Exitus**, v. 12, p. e022026, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1644.

PINHEIRO, D.; SANTOS, N. J. P. Papéis, funções e ações docentes: Definindo lugares na inclusão escolar. **Atas V Congresso Internacional Educação, Inclusão e Inovação**. Lisboa, 2017.

SAUER, S. **Violação dos direitos humanos na Amazônia**: conflito e violência na fronteira paraense. Tradução: Phillippa Bennett, Julia Figueira-McDonough, Marsha Michel e Kristen Schlemmer. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005. 170 p.

SILVA, M. C. V.; SOUSA, N. T.; CALIXTO, H. R. S. Experiências sobre o ensino da escrita cursiva para pessoas cegas em Santarém-PA. **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**, v. 17, p. 1009, 2024.